

Entrevista: Maria Inez Pereira

Violência na/da escola: como quebrar esse círculo?

Elida Cristina Gonçalves¹

Helen Caroline Ribeiro Mendes²

Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG / Faculdade de Medicina), Maria Inez Pereira é uma pedagoga (formada pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, atual UEMG) que sempre atuou em escolas públicas, mormente de periferia. No IEMG, para o qual voltou há décadas, como professora e pedagoga, vem desenvolvendo inúmeros projetos, como o de Diagnóstico e prevenção do *bullying* e outras violências, o de Educação para o trânsito, entre outros. Preocupada com assuntos problemáticos do cotidiano escolar, tanto os que afetam alunos quanto os que concernem aos professores, por acreditar na educação como pré-requisito para a superação de todas as formas de violência, dedicou-se à pesquisa sobre o tema – lançou em 2019 um livro que contém o cerne de sua dissertação do mestrado. Participa de grupos de pesquisa (Elas por elas, por eles, por nós; Projeto Frutos do Morro).

Élida e Helen: Há quanto tempo atua na educação básica? Ao longo desse tempo, qual aspecto, em sua opinião, representa maior mudança no perfil de professores e de alunos das escolas públicas?

Maria Inez Pereira: Sou migrante de Santo Antônio do Gramma. Falar da educação básica é falar da escola na minha vida. E ela aparece em minha vida com minha mãe que, como professora rural, levava-me para dentro da sala de aula, tornando-se, além de mãe, minha primeira professora. Foi assim que ela me iniciou no processo de descoberta das letras e da construção da escrita.

Quero dizer com isso que penso que não se trata de ter tempo, mas de ter experiências com a educação básica. Seja como professora ou como pedagoga, na classe especial, na educação infantil, na alfabetização, nos anos iniciais e finais do fundamental, ou no inicial do ensino médio, com

¹ Graduanda de Pedagogia pela PUC Minas. E-mail: elidacg.loli@gmail.com

² Graduanda de Pedagogia pela PUC Minas. E-mail: helencarolinerem@yahoo.com.br.

projetos de prevenção do *bullying* escolar, com oficinas de teatro, de yoga, grupo de poesias... Essa é a minha caminhada. O envolvimento com o trabalho da educação escolar e a militância sindical, intensificada pela utopia de contribuir na construção de uma sociedade democrática, com direitos iguais, fizeram muitas rupturas em minha vida.

Para mim, a maior mudança no perfil dos professores foi em relação à luta pelos direitos, na organização da UTE / União dos Trabalhadores do Ensino. Em relação aos alunos, dentre as inúmeras mudanças, o que chama muito a minha atenção é o olhar dos profissionais (adultos da escola) sobre os adolescentes, passando a vê-los como adultos, além da conquista da fala, pelos estudantes.

Élida e Helen: Sua pesquisa de mestrado trata da violência no âmbito escolar. Como você conceitua a violência? A que fatores, mais amplamente, atribui o aumento da violência externa e internamente á escola?

Maria Inez Pereira: O conceito de Paulo Freire, sobre a OPRESSÃO – “Toda relação de dominação, de exploração” – é um conceito com o qual dialogo no meu estudo. Ainda completaria que percebo a violência como tudo que não é carinho, que não é afeto.

São inúmeros os fatores atribuíveis à violência escolar, mas as desigualdades sociais, sem dúvida, são um fator determinante.

Élida e Helen: Esse conceito de violência utilizado por você compreende os de agressividade e de conflito? Você poderia dar exemplo concreto mesmo sem nomear os indivíduos?

Maria Inez Pereira: Naturalmente. As relações, no cotidiano, nos diferentes lugares onde nos relacionamos, no ônibus, no campo de futebol, na rua, na universidade e na escola, inclusive. A todo o momento, acontece esse tipo de violência. Um exemplo concreto se dá quando entro num ônibus ou metrô e vejo um indivíduo cego de pé, por exemplo...

Élida e Helen: Em sua carreira, já se viu envolvida diretamente em situações de violências /agressividade por parte de aluno(s) e ou professores? Ou apenas presenciou situações como essas? Conte-nos sobre o ocorrido: como você se sentiu e se sente em relação em relação ao que vivenciou ou de que tomou conhecimento?

Maria Inez Pereira: No meu cotidiano, há violência. Em todos os momentos – seja na escola, no condomínio, no trânsito. Por muito tempo, vivi episódios de violência na escola. E entendi que a

busca do conhecimento poderia ser a possibilidade de entender e enfrentar a dificuldade e as marcas que rasgam a alma. Nunca me permiti ser indiferente...

Élida e Helen: Diante de situações graves como a explicitação da violência, que atitude foi / é tomada pelos gestores pedagógicos compreendendo supervisores e coordenadores?

Maria Inez Pereira: Os gestores, como todos, têm singularidades. No meu cotidiano escolar, quando me deparava com os problemas, sentia-me mal preparada para resolver as demandas que surgiam, sem objetivos claros. Sempre acreditei e lutei para que a escola fosse um espaço da cidadania e acreditei que uma das saídas era pela via do conhecimento. Por isso, saí da escola e fui a outras instituições buscar outras experiências de formação.

Élida e Helen: Em casos mais graves, há que tipo de posição / intervenção por parte da direção da escola? É oferecido algum tipo de apoio aos sujeitos envolvidos, sejam professores ou alunos?

Maria Inez Pereira: Debruçar sobre os episódios da violência escolar é uma das questões da nossa história. Thiago de Melo nos ensina “caminheiro, não há caminho o caminho se faz ao caminhar”. Quero dizer, com isso, que é importante ter clareza da necessidade de educar, de ter autonomia, de humanizar e que só o estudo pode dar esta possibilidade, a de atravessar essas dificuldades. Quando iniciei as primeiras pesquisas na escola, no ensino médio, fui tomada por observações de desenhos de alunos do primeiro ano do ensino médio, nos quais se via constrangimentos aos colegas. Iniciamos, assim, as primeiras indagações sobre o *bullying* escolar...

Élida e Helen: Numa instância superior, como a da secretaria de Educação (estadual ou municipal, conforme o caso), você percebe preocupação ou tentativa de prevenir casos de violência no âmbito escolar? Se há, como são realizadas essas ações?

Maria Inez Pereira: Essas organizações tayloristas... Essas hierarquias a que estamos submetidos... Torna-se difícil enfrentar as demandas. Quero dizer que essas relações verticalizadas, com paradigmas positivistas, muito pouco têm feito. Não abro mão de buscar a minha autonomia, minha singularidade e, nesse sentido, sempre construí outros diálogos em minha trajetória. Essa construção tem sido desafiante.

Élida e Helen: Você conhece algum tipo de amparo legal que garanta direitos do corpo docente perante a violência escolar?

Maria Inez Pereira: A lei é uma construção da sociedade, para regular. Faz parte do processo histórico e faz parte das demandas dos cidadãos do espaço da polis, o espaço coletivo. Na rede estadual, temos a Lei 22.623, de 27/07/2017³.

Élida e Helen: Você acredita que a agressividade e a violência escolar afetam ou afetaram sua vida pessoal e/ou as suas práticas pedagógicas? E em relação aos docentes conhecidos por você? De que forma?

Maria Inez Pereira: Não. Eu não permiti. Se você permitir, você fere a sua autonomia. Agradeço todos os dias às pessoas com as quais encontrei, em minha existência, nos espaços da educação, com quem pude caminhar e sentir um processo de aprendizagem, com muitas lições.

Élida e Helen: Na sua visão, de que forma, concretamente, a escola - por meio dos seus agentes - pode prevenir, combater ou lidar com a violência?

Maria Inez Pereira: Se cada um tiver ação, mobilidade, capacidade de sair de seu lugar e buscar dentro da diversidade do milênio, parece que teremos a possibilidade de olhar o outro e aí...

³ O Estado de Minas Gerais tem medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os servidores do quadro da Secretaria de Estado de Educação (SEE). A Lei 22.623 foi sancionada pelo governador Fernando Pimentel e publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 28/7/17. Conforme a nova lei, configura violência contra os servidores qualquer ação ou omissão decorrente da relação de sua profissão que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, psicológico ou psiquiátrico praticada direta ou indiretamente no exercício do seu trabalho, assim como a ameaça à integridade física ou patrimonial do servidor. Para esses casos, a lei determina a adoção de ações preventivas, a criação de equipes de mediação e acompanhamento e o registro eletrônico de ocorrências. Também prevê, para a efetiva prevenção e combate à violência nas escolas, a realização de seminários e debates e, ainda, a integração ao currículo escolar do tema sobre violência no ambiente escolar e cultura de paz. Outras determinações são a criação de equipe multidisciplinar nas superintendências regionais de ensino (SRE) para a mediação de conflitos nas escolas estaduais e o acompanhamento da vítima no ambiente escolar, além da criação e manutenção de protocolo *on-line* para registro da agressão ou ameaça, com fácil acesso e uso e ampla divulgação, nas escolas e SRE. Na forma de um protocolo, a lei relaciona providências específicas a serem tomadas até três horas e até 36 horas depois da agressão, tais como: Acionar a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência; Encaminhar o servidor agredido ao atendimento de saúde; Afastar o agressor do convívio com a vítima no ambiente escolar, possibilitando ao servidor o direito de mudar de turno ou de local de trabalho ou se afastar de suas atividades; Iniciar os procedimentos necessários para a caracterização de acidente de trabalho.

Maria Inez Pereira é autora do livro: “Violência da / na escola” (2018, Editora Lampsi):

